

# História oral, memória e reparação: reflexões sobre a importância do testemunho na superação de contextos de violência política

*Maria Paula Araújo, Universidade Federal do Rio de Janeiro*

*Na América Latina, nas últimas décadas, inúmeros países viveram diferentes processos de transição política, passando de ditaduras militares para regimes democráticos. Em todos esses países uma questão tem se colocado para a sociedade e para o Estado: o que fazer com a herança autoritária? Como olhar para este passado, enquadrá-lo aos novos tempos, tratar as feridas, suprimir o legado da violência. Em todos estes processos de transição política um elemento tem se afigurado como fundamental: a palavra. Revelar os fatos, tornar pública as violações, denunciar as arbitrariedades, resgatar a memória de lutas e resistências – têm tido enorme papel simbólico e político na construção de um novo pacto nas sociedades pós-conflitos. A história oral lida com depoimentos, memória, histórias de vida, e por isso mesmo tem tido destacado papel neste processo. O presente trabalho pretende fazer uma reflexão sobre esta relação entre história oral, memória, e política, a partir do papel do testemunho e da palavra no processo de superação de contextos de violência política. Abordaremos aqui algumas questões relativas a Argentina e África do Sul mas nosso foco maior é o Brasil e a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça com quem desenvolvemos uma pareceria de pesquisa através do projeto “Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil”.*

## **Apresentação.**

Venho trabalhando, desde o final de 2010, num projeto de pesquisa de abrangência nacional, intitulado “Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil”, desenvolvido a partir de uma parceria entre a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e três universidades federais: Pernambuco (UFPE), Rio de Janeiro (UFRJ) e Rio Grande do Sul (UFRGS). O objetivo da pesquisa é realizar, em nível nacional, um amplo retrato do tema da Anistia no Brasil, recolhendo depoimentos de pessoas que foram perseguidas pela ditadura militar; pessoas que foram anistiadas ou estão solicitando o benefício; familiares de mortos e desaparecidos; pessoas que se engajaram na luta pela anistia desde a década de 1970 e que participaram da criação e da ação política do Movimento Feminino pela Anistia e dos diversos Comitês Brasileiros pela Anistia (os CBAs que se espalharam pelo Brasil inteiro entre 1977 e 1979); militantes de movimentos sociais e políticos que lutaram contra o regime e militantes dos movimentos de

Direitos Humanos. Esses depoimentos – que estão sendo recolhidos no nordeste, no sudeste e no sul pelas equipes das três universidades mencionadas – estão sendo gravados, filmados e transcritos. Com este material será constituído um acervo amplo que ficará depositado nas três universidades, no Memorial da Anistia e também inteiramente disponível *on line*. A pesquisa tem propiciado uma reflexão sobre alguns aspectos teóricos e metodológicos da História Oral, tais como a articulação entre a memória e a retórica e a potencialidade do método biográfico. Além disso a pesquisa tem trazido à tona questões importantes sobre a memória do período repressivo: as disputas pela memória e a pluralidade de visões e de experiências. Enfim, a partir desta pesquisa, consideramos que é possível construir uma narrativa histórica sobre a ditadura militar no Brasil a partir do tema da anistia, enfocando principalmente as múltiplas histórias de vida de cidadãos que foram atingidos pela repressão ou que lutaram contra ela.

### **O direito à memória e à verdade na justiça de transição: a importância do testemunho.**

Em nosso mundo contemporâneo, nas últimas décadas, inúmeras sociedades viveram transições políticas importantes: passaram de regimes ditatoriais e arbitrários para regimes democráticos. Em todos esses casos uma questão se colocou para a sociedade e para o Estado, logo após (e, muitas vezes durante) o processo de consolidação democrática: o que fazer com a herança autoritária? Como olhar para este passado, enquadrá-lo aos novos tempos, tratar as feridas, suprimir o legado da violência. O Estado deve escolher como proceder: apura crimes e responsabilidades? Pune culpados? Anistia crimes políticos? Repara moral e materialmente os danos causados? Reintegra antigos excluídos? Desmantela o aparato repressivo? Revela e divulga os fatos? Todas estas questões dizem respeito a procedimentos jurídicos e políticos que acompanham um processo de transição democrática. Estes procedimentos revelam como o Estado e a sociedade lidam com seu passado autoritário e compõe o que se convencionou chamar de “justiça de transição”. Este conceito tem sido discutido, nos últimos anos, por militantes e organizações de Direitos Humanos constituindo uma rede internacional que acompanha, debate e interfere em diferentes casos. Cada país adota diferentes medidas de “justiça de transição” – de acordo com a sua história, sua cultura política e a correlação de forças da época da transição. A justiça de transição implica algumas questões: direito à memória, reconciliação nacional, reparação das vítimas. São fundamentalmente estes três elementos que se

articulação, em cada país, em função de suas circunstâncias conjunturais e estruturais.<sup>1</sup>

Este processo tem abarcado – em diferentes momentos históricos – diferentes países, tais como Portugal e Espanha que vivenciaram o fim das ditaduras do salazarismo e do franquismo (foram diferentes tipos de fim: em Portugal os capitães de abril derrubaram o governo na revolução dos cravos e na Espanha a morte de Franco abriu espaço para uma solução negociada para o fim da ditadura); quase todos os países da América Latina que viveram ditaduras militares entre os anos 1960 e 80; a África do Sul, que superou o regime de segregação racial do *apartheid*. Alguns autores colocam neste rol os países do Leste Europeu e também da Ásia, que viveram sob regimes comunistas de corte ditatorial. Podemos incluir também vários países africanos que procuram realizar uma transição em direção a regimes democráticos. Em suma, essa realidade é bastante diversificada – tanto no tipo de ditadura vivida por cada país, como no tipo de transição, nas medidas políticas adotadas e nos resultados políticos alcançados. Nosso objetivo aqui não é analisar esse processo em toda a sua abrangência mas sim apontar a emergência e universalidade do tema da justiça de transição e o papel do testemunho nesse contexto.<sup>2</sup> Em todos esses casos um elemento tem se afigurado como fundamental: a palavra. Revelar os fatos, tornar pública as violações, denunciar as arbitrariedades, nomear responsáveis, resgatar a memória de lutas e resistências – têm tido enorme papel simbólico e político na construção de um novo pacto nas sociedades pós-conflitos.

Argentina e África do sul têm se constituído como dois paradigmas diferenciados, dois modelos diferentes de justiça de transição. A sociedade argentina, os grupos e militantes de direitos humanos no país, têm dado ênfase na questão da justiça – procurando responsabilizar e punir os agentes do Estado responsáveis pelos crimes e violações cometidos durante a ditadura. A África do Sul tem dado ênfase à memória, à denúncia e revelação dos fatos com o objetivo de promover uma reconciliação nacional. Em ambos os processos, no entanto, o testemunho é um elemento central.

A Argentina foi um país pioneiro neste processo: no esforço de trazer à tona, através de depoimentos, a memória da repressão, com o objetivo de luta política. Militantes de direitos humanos e familiares de presos e desaparecidos políticos se reuniram em torno da consigna, “*lembrar para não esquecer, para não repetir*”. Neste momento, a memória travava uma luta contra o esquecimento.

---

<sup>1</sup> Alexandra Barahona de Brito, Paloma Aguilar Fernandez y Carmen González Enriquez (comp.), *Las políticas hacia el pasado: juicios, depuraciones, perdón y olvido en las nuevas democracias* (Madrid. Ediciones Istmo, 2002).

<sup>2</sup> Uma análise profunda das diferentes modalidades de justiça de transição é apresentada no livro organizado por Barahona de Brito, Paloma Aguilar e Carmem Gonzalez, “Las Políticas hacia el pasado: juicios, depuraciones, perdón y olvido en las nuevas democracias” (Madrid, Istmo, 2002).

O resgate da memória do que se tinha passado naqueles anos de ditadura revelou-se uma arma de denúncia da repressão e do terrorismo de Estado. A memória era usada como um instrumento político que impedia o esquecimento e reivindicava a justiça. A memória trazia à tona os crimes do Estado assim como também permitia a recuperação simbólica – para as famílias – de milhares de desaparecidos. É particularmente importante a contribuição que alguns pesquisadores argentinos têm dado no campo da reflexão sobre a produção das memórias da repressão: não apenas na recuperação e difusão destas memórias mas também na reflexão crítica sobre o próprio processo de construção de memórias sociais e políticas na Argentina atual. Num artigo publicado na revista Puentes “*Memorias en conflicto*”, Elizabeth Jelin salienta a dimensão conflitiva e plural desta memória

*“É impossível encontrar uma memória, uma visão, uma interpretação única do passado compartilhada por toda a sociedade. O que existe é uma luta política, e muitas vezes esta luta é concebida como uma luta contra o esquecimento”*.<sup>3</sup>

Nesta luta contra o esquecimento o testemunho era um elemento central. A Argentina foi um dos primeiros países a organizar, num esforço conjunto de órgãos públicos e iniciativa privada, acervos de depoimentos de pessoas atingidas pela repressão: ex-presos políticos, familiares de desaparecidos, militantes de direitos humanos, intelectuais e artistas contrários ao regime que haviam sofrido perseguições políticas. Na década de 90 foi criada a organização **Memoria Abierta** que reuniu um acervo com centenas de depoimentos. Este acervo tem embasado pesquisas sobre a história e a memória do período e tem também servido à finalidade política de revelar os crimes da ditadura.

Mais recentemente, alguns pesquisadores na Argentina, têm procurado complexificar as relações entre memória e esquecimento. A produção historiográfica com base em depoimentos orais tem sido questionada por alguns intelectuais que afirmam que o país vive um *boom* de memórias do período da ditadura e que estas memórias *reificam* a experiência daquela época, sem necessariamente compreendê-la a fundo. Esta é a discussão que Beatriz Sarlo propôs em seu livro “*Tiempo Pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo*”.<sup>4</sup> Sarlo coloca em questão a construção de uma historiografia baseada prioritariamente no testemunho. Para ela o testemunho e a valorização das memórias da repressão não necessariamente ajudam a compreender o processo vivido. Entre outros motivos porque a produção do testemunho e a construção

<sup>3</sup> Elizabeth Jelin, “Memorias en conflicto,” *Puentes* (Buenos Aires), Nr. 1 (August 2000).

<sup>4</sup> Beatriz Sarlo, *Tiempo Pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión* (Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2007).

social da memória estão sempre informadas pelas contingências do presente e sempre marcadas pelos usos políticos do passado. “*Mais importante do que lembrar, é entender*”, nos diz Beatriz Sarlo. E nem sempre a reiteração sistemática da lembrança nos leva ao entendimento de um processo histórico. De qualquer forma, apesar dos questionamentos – ou talvez justamente por causa deles – é inegável a importância política do testemunho no processo transicional argentino.

A África do Sul nos oferece um modelo diferente. A Comissão de Verdade e Reconciliação instalada no país após o fim do regime de apartheid teve uma característica que a tornou singular frente a outras comissões de verdade. O objetivo da comissão sul africana – como o próprio nome diz: Comissão de Verdade e Reconciliação – mais do que punir os crimes do governo ou apurar responsabilidades, seu objetivo era revelar o que acontecera e promover um novo pacto social. A Comissão de Verdade e Reconciliação funcionou com um enfoque orientado para as vítimas denunciarem o que tinham sofrido. A Comissão não tinha objetivo de *punição* dos culpados e sim de *declaração* dos crimes. Era uma política mais voltada para a apuração da Verdade do que para a execução da Justiça. A Comissão tinha, inclusive, o objetivo de registrar a violência e os excessos cometidos por ambos os lados – não apenas os crimes do apartheid mas também os excessos dos militantes do Congresso Nacional Africano (a organização política armada que lutou contra o governo do *apartheid*). Ou seja, a Comissão não pretendia apurar os crimes cometido pelo Estado mas sim os crimes e violações cometidos por diferentes atores numa sociedade atravessada pela segregação racial. O objetivo não era responsabilizar o Estado, mas sim reconciliar a sociedade. Este caráter peculiar da CVR muitas vezes foi apontado como um dos elementos responsáveis pela transição “pacífica” do apartheid para o regime democrático. Mas também gerou muitas frustrações sobretudo entre jovens militantes do Congresso Nacional Africano, não apenas porque eles se opunham ao que consideravam uma “artificial equiparação de excessos” mas principalmente porque, nesta visão, suas experiências de luta contra o apartheid não eram valorizadas. . A Comissão abria espaço para os depoimentos de vítimas que denunciavam as atrocidades que haviam sofrido, mas não abria espaço para o relato das experiências de luta e combate dos jovens militantes do CNA.

Este é um debate bastante interessante e inteiramente centrado no potencial político da palavra e do testemunho. Para alguns estudiosos, entre eles Paul Ricoeur, este é exatamente o mérito da CVR. O fato de que a revelação da verdade, a nomeação do dano e a instauração da anistia e do perdão possam criar um novo campo político que não seja o da vingança. Ricoeur salienta que na língua africana a palavra utilizada é UBUNTU, que é semelhante à idéia de perdão e anistia, mas um pouco diferente. Como nos explicam os autores do livro

“*Vérité, Réconciliation, Réparation*”,<sup>5</sup> o termo *ubuntu* pressupõe uma relação de interação: alguém se queixa de um dano, a comunidade discute e concorda que ocorreu um dano. Todos se põem de acordo em relação a quem agiu de forma correta e quem agiu erradamente. Assim o perpetrador é obrigado a reconhecer a sua culpa para, em função deste reconhecimento, pedir e obter o perdão. A CVR dessa forma estaria reproduzindo alguns procedimentos de solução de conflito, existentes nas comunidades de forma ancestral. Para Paul Ricoeur, que é um dos autores deste livro, o que estaria em questão é a possibilidade de constituição de uma justiça não violenta.<sup>6</sup>

Mas este ponto de vista não é unânime. O historiador Jonatan Grossman, tem uma opinião diferente. Num artigo publicado na Revista de História Oral intitulado “*Violência e silêncio: reescrevendo o futuro*”, expõe uma opinião diferente e defende um outro argumento. Para ele o foco da relação vítima/algoz; revelação/perdão seria despolitizador. Reproduzo um trecho de seu artigo:

*“Assisti a uma audiência da CVR que teve de lidar com as experiências de um grupo de jovens conhecidos por sua militância usualmente violenta, sua coragem e seus sucessos frente às forças do Estado. Os ativistas vieram para ouvir sua própria história. Alguns deles foram embora com o coração partido, desmoralizados e desolados, porque o que ouviram foi a história do que sofreram como vítimas ao invés do que fizeram como atores sociais. (...) O resultado do que vi se encontra baseado na própria estrutura da CVR, que é incumbida de lidar com a história das vítimas como indivíduos, num processo que coloca o sofrimento antes e no lugar do envolvimento e da resistência política”.*<sup>7</sup>

A polêmica não está de forma alguma resolvida, os pontos de vista são bastante diferentes mas ambas as posições situam sua reflexão em torno do potencial político da palavra e do testemunho. E não é a toa também que estes dois autores – Ricoeur e Jonatan Grossman – trabalham com a memória.

---

<sup>5</sup> Bárbara Cassan, Olivier Cayla, and Philippe-Joseph Salazar (orgs.), *Vérité, Réconciliation, Réparation* (Paris: Seuil, 2004).

<sup>6</sup> Paul Ricoeur, “Avant la justice non violente, la justice violente” in: Cassan et al. *Vérité, Réconciliation, Réparation*

<sup>7</sup> Jonathan Grossman, “Violência e silêncio: reescrevendo o futuro,” *História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral* Nr. 3 (June 2000), 7-24.

## **História oral da anistia no Brasil.**

### **A centralidade do tema da anistia no processo político brasileiro**

Trazendo a questão para o Brasil, é importante situar a centralidade da questão da anistia no processo de transição política brasileira. Esta centralidade é uma especificidade do caso brasileiro. A anistia teve um papel político importante na luta contra a ditadura militar, posteriormente teve um papel político e simbólico na reconstrução democrática, terminou por ter o seu conteúdo equiparado à noção de reparação (política e material) e galvanizou, na discussão da revisão da Lei da Anistia, o tema da responsabilização e punição dos culpados pelos crimes cometidos pela ditadura. Foram também os organismos tradicionalmente vinculados às lutas pela anistia os principais protagonistas (muitas vezes críticos) do processo de criação e instalação da Comissão da Verdade que segue em curso<sup>8</sup>.

Recuperemos um pouco desse processo. A luta pela anistia, em meados da década de 1970 unificou e mobilizou vários grupos políticos e movimentos sociais. Entre eles: o Movimento Democrático Brasileiro, o MDB (o partido de oposição consentida da ditadura que, aos poucos, transformara-se num partido de oposição real), a Igreja Católica, o Movimento Estudantil, movimentos de bairros e de favelas, movimentos de profissionais liberais (como advogados, professores, jornalistas), alguns movimentos de novo tipo que estavam se construindo (ou se reconstruindo com novo conteúdo) como o movimento das mulheres e o movimento negro, a Imprensa Alternativa (um tipo de imprensa de oposição muito peculiar da época) e, já no final dos anos 70, um novo movimento operário – sindical, oriundo principalmente da região industrial paulista. A campanha pela anistia foi a primeira grande campanha política nacional depois do AI-5. O ano de 1977 foi uma data importante nesse processo. Ela marcou um momento de retomada das lutas e manifestações políticas públicas nas principais capitais do país. O estopim foi a prisão de alguns jovens, ligados a organizações de esquerda, que estavam distribuindo panfletos numa comemoração operária do Primeiro de Maio em São Paulo. Com a palavra de ordem “*Libertem nossos presos! Agora, já!*” estudantes de todo o país realizaram amplos atos públicos em várias universidades e, junto com outros setores da oposição, aproveitaram o movimento e criaram o Comitê 1. de Maio pela Anistia: o primeiro passo para uma campanha pública, de rua e ofensiva pela anistia no país. Logo depois, no início de 1978, foi criado no Rio de Janeiro o Comitê Brasileiro pela Anistia, somando-se a outros comitês que já existiam, como o Comitê Feminino pela Anistia. Na seqüência foram criadas sedes do CBA em várias cidades do país.

Neste momento a atuação dos jornais da Imprensa Alternativa foi bastante importante. Eles ajudavam a divulgar e nacionalizar algumas amplas campanhas

---

<sup>8</sup> A comissão da Verdade foi aprovada pela Presidente Dilma Roussef em 18 de novembro de 2011. Até a redação deste texto sua composição ainda não tinha sido definida.

políticas, entre elas, a campanha pela anistia. Nas páginas dos jornais “Movimento”, “Em Tempo”, “Versus” o tema era debatido e divulgado. Com apoio desta imprensa e de movimentos sociais o CBA dirigiu uma campanha nacional pela “Anistia, ampla, geral e irrestrita”. Esta foi a bandeira de luta e a palavra de ordem que marcou a transição política brasileira.

Mas a anistia que foi promulgada na Lei de Anistia de 1979 não foi a anistia desejada pelos setores mais combativos da sociedade – o CBA, o movimento estudantil, os grupos e coletivos de familiares de mortos e desaparecidos, os jornais de esquerda da imprensa alternativa. Foi uma anistia parcial, restrita e que, ainda por cima, permitia um certo entendimento de “reciprocidade” ou seja, de proteção para os militares e perpetradores da violência do Estado.

A anistia no Brasil tem, portanto, um caráter complexo, como insiste em dizer o próprio presidente da Comissão de Anistia, Sr. Paulo Abrão. Ela representou, por um lado, uma conquista parcial da sociedade e dos grupos que lutavam pela “anistia geral e irrestrita” (e que viram a anistia como resultado, ainda que imperfeito, dessa luta); mas por outro lado, ela foi também, uma vitória parcial dos militares e da classe dirigente que aprovou uma anistia limitada e se desobrigou da apuração das responsabilidades e dos crimes cometidos pelo regime.

A lei de anistia foi recebida como uma vitória parcial pelos movimentos de oposição ao regime. O verão de 1979 para 1980, entrou para a história como o “*verão da anistia*”; os exilados voltavam e eram recebidos com festa no aeroporto do Galeão. Por outro lado, as famílias de mortos e desaparecidos políticos nada tinham a comemorar, a lei não aliviava a dor dessas famílias nem se tocava na questão das mortes e desaparecimentos forçados. Muitas dessas pessoas, em seus depoimentos, dizem que neste momento, se sentiram “*abandonadas e à margem da festa do país*”<sup>9</sup>.

Mas o retorno dos exilados não encerrou a questão da anistia no Brasil. Aos poucos, por medidas e leis complementares, todos os prisioneiros políticos foram libertados, ultrapassando as barreiras inicialmente impostas pela Lei de Anistia de 1979. Nos anos seguintes – em 1985, 1988, 1992, 1995, 2001 e 2002 – a anistia foi alvo de nova legislação federal.<sup>10</sup> De um modo geral estas leis visavam ampliar os benefícios e beneficiados pela anistia, procurando reparar a violência praticada pelo Estado brasileiro durante a ditadura. E por este processo histórico, o termo “anistia”, no Brasil foi paulatinamente se equiparando ao termo “reparação”. O governo de Fernando Henrique Cardoso iniciou este processo de

---

<sup>9</sup> Depoimento de Jessie Jane Vieira de Souza, Arquivo “Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil”.

<sup>10</sup> Carla Rodeghero, Gabriel Diestman, and Tatiana Trindade, *Anistia ampla, geral e irrestrita. História de uma luta inconclusa* (Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2011).



reparação. A idéia era que o cidadão não fosse apenas *anistiado* dos crimes políticos dos quais era acusado, mas *reparado* pelo mal sofrido. A Comissão de Anistia, criada em agosto de 2001, junto ao Ministério da Justiça, tinha (e tem) por função reparar, indenizar, reconduzir a postos públicos e a antigos cargos, enfim, exercer o papel de restaurar e compensar os danos provocados pela ditadura militar a perseguidos políticos. O termo anistia ganhou então uma acepção mais ampla, significando mais do que tudo, *reparação*. Esta é uma especificidade do processo político brasileiro, do modelo brasileiro de justiça de transição: a ênfase na reparação (em detrimento de outros aspectos, como por exemplo, a revelação da verdade, apuração de responsabilidades e punição dos culpados); e a identificação entre “anistia” e “reparação”<sup>11</sup>.

Mais recentemente a Anistia foi objeto de discussão na sociedade. Movimentos de Direitos Humanos tentaram anular o efeito perverso da Lei de Anistia que inibe a apuração e punição dos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura. A Lei da Anistia promulgada em 1979 tem sido invocada para barrar políticas de verdade e justiça no país. Recentemente o Supremo Tribunal Federal entendeu que a lei se aplica também aos agentes do Estado que cometeram os crimes de tortura, assassinato e desaparecimento de presos políticos durante a ditadura militar. Contrapondo-se a esta visão está a interpretação de alguns eminentes juristas brasileiros, como Dalmo Dallari, Fabio Comparato, Márcio Thomaz Bastos. Para eles a lei concedeu anistia aos crimes *políticos* cometidos durante o regime militar. Ela não anistiou torturadores, porque a tortura não é crime político, é crime contra a humanidade. A lei da Anistia, portanto, não impediria a apuração de responsabilidades nem o julgamento e punição de torturadores. Esta questão, ainda não resolvida, expressa-se hoje no debate da Comissão de Verdade.

### **Um acervo de história oral da anistia.**

Encaramos, portanto, a anistia como uma questão chave – política e simbólica – para o entendimento do período e para a compreensão das lutas políticas da época, das disputas em torno da memória do período, do processo de transição vivido pelo país, das políticas de reparação que o Brasil vem implementando, das polêmicas surgidas a partir destas políticas, dos desafios referentes à consolidação democrática e das polêmicas em relação às demandas de verdade e justiça. A partir desse pressuposto começamos a constituir nosso acervo com depoimentos de pessoas que foram perseguidas políticas, familiares de mortos e desaparecidos, militantes de movimentos de direitos humanos, militantes políticos que lutaram contra a ditadura e que participaram da campanha pela anistia. Nosso objetivo é

---

<sup>11</sup> Este texto foi escrito e apresentado antes da instalação da Comissão da Verdade. Os trabalhos da Comissão poderão vir a redefinir os termos desta afirmação.

entender a história política do Brasil recente a partir da chave da anistia e analisar a importância da palavra e do testemunho na superação individual e coletiva de contextos políticos pós traumáticos.

Elaboramos nossa lista de depoentes não a partir de nomes isolados mas buscamos grupos de pessoas articuladas em “comunidades de sentido” – grupos de pessoas que integraram uma unidade orgânica: um partido, um movimento, uma organização política, etc. Nos norteava não apenas a noção de comunidade afetiva de Halbwachs – uma unidade a partir da qual pessoas compartilham e constroem suas memórias,<sup>12</sup> mas também a concepção de Franco Ferrarotti sobre biografias coletivas. Num livro que foi pioneiro nos estudos biográficos, intitulado “*História e histórias de vida: o método biográfico nas Ciências Sociais*” Ferrarotti chamou a atenção para a relação entre a história e as múltiplas histórias individuais e a possibilidade que daí decorre de *ler uma sociedade através de uma ou muitas biografias*. Ferrarotti se propôs a dar uma base teórica ao método biográfico utilizando-o no plural. De uma forma geral, nos diz ele, o método biográfico é utilizado para um indivíduo; para elaboração de biografias individuais. Mas, para ele, essa escolha expressaria um equívoco: a idéia do indivíduo como átomo social, como unidade básica fundamental da sociologia. Na verdade o indivíduo não é este elemento mais simples. Ao contrário, o indivíduo enquanto tal é uma síntese complexa de várias relações. A unidade mais básica da sociologia é o grupo social - um grupo básico que estabelece entre si relações de sociabilidade, de troca, de interação. Sua perspectiva de histórias de vida volta-se, portanto, para a construção de biografias de grupo. Para Ferrarotti, é desta forma que o método biográfico apresenta sua maior riqueza e seu maior potencial: ao mostrar que as múltiplas histórias de vida particulares de uma época, de uma geração, de um lugar, se inscrevem dentro dos limites e das possibilidades de uma História mais geral - e que cada uma dessas múltiplas histórias particulares interpreta, a seu jeito, a História e sua relação com ela.<sup>13</sup> Essa perspectiva orientou a constituição de nosso acervo. Elaboramos nossas listas de entrevistados a partir da filiação das pessoas a algum tipo de grupo/comunidade de sentido.

As entrevistas foram feitas na modalidade de “história de vida” mas acentuando a trajetória política do depoente e enfocando sua militância contra a ditadura, seus embates, a perseguição política sofrida, sua inserção no processo de redemocratização e na justiça de transição implementada no país. Ênfase particular foi dada na relação do depoente com o tema da anistia e da reparação política.

As entrevistas permitem perceber as diferentes construções de memória do período da ditadura militar; as diferentes e conflitantes versões sobre fatos e

---

<sup>12</sup> Maurice Halbwachs, *A memória coletiva* (São Paulo: Vértice, 1990).

<sup>13</sup> Franco Ferrarotti, *Histoire et Histoires de Vie - la méthode biographique dans les sciences sociales* (Paris: Librairie des Meridiens, 1983).

temas; as disputas pela memória. E as polêmicas em torno do próprio processo de anistia e reparação. Nesse terreno os autores que mais nos têm ajudado a lidar com esses problemas são Michel Pollak e Andreas Huysen.

Michel Pollak, no texto “*Memória, esquecimento, silêncio*”<sup>14</sup> chamou atenção para os processos de dominação e submissão das diferentes versões e memórias, apontando para a clivagem entre a memória oficial e dominante e “memórias subterrâneas”, marcadas pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento. Esta clivagem pode aparecer não apenas nas relações entre um Estado dominador e a sociedade civil, como também entre grupos minoritários e a sociedade englobante; e mesmo entre diferentes correntes dentro de um mesmo grupo. São lembranças “proibidas”, “indizíveis” ou “vergonhosas” que muitas vezes se opõem a mais legítima e poderosa das memórias coletivas: a memória nacional;<sup>15</sup> mas às vezes também se confrontam com a memória “oficial” de um grupo. A esta dimensão conflitiva, Huysen acrescentou um outro dado: o dinamismo e mutabilidade das versões e dos conflitos, mostrando que a relação entre o que é lembrado e o que é esquecido muda, de acordo com a conjuntura e com as possibilidades e necessidades políticas de uma época.<sup>16</sup>

Temos, portanto, três eixos de investigação e análise de nosso acervo de depoimentos:

- os embates e disputas em torno da memória do período; os temas polêmicos e os tabus, as “memórias subterrâneas”.
- as experiências de vida relatadas nas entrevistas, que nos permitem conhecer o horizonte de possibilidades de escolhas, de valores, de caminhos, de projetos, de utopias, de perdas, frustrações e dor de uma época;
- o papel do testemunho e da palavra na superação não só individual, mas também social, em contextos posteriores a períodos de violência política.

Seria impossível, neste texto, dar conta desses três eixos em profundidade. Na verdade, este trabalho é uma primeira aproximação teórica, metodológica e analítica desse acervo de quarenta depoimentos gravados e filmados no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais ao longo do ano de 2011. Mas gostaria de, mesmo superficialmente, explorar um pouco, esses três eixos.

---

<sup>14</sup> Michael Pollak, “Memória, esquecimento e silêncio,” *Estudos Históricos* (1989).

<sup>15</sup> Maria Paula Araujo and Myrian Sepúlveda, “História, memória e esquecimento: implicações políticas,” *Revista Crítica de Ciências Sociais* Nr. 79 (Dec. 2007): 95-111.

<sup>16</sup> Andrés Huyssen, *Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público*. (mimeo, no place, no date).

## As disputas pela memória

Os depoimentos têm apontado as disputas pela memória do período; questões controversas, polêmicas e tabus. Entre elas uma das mais marcantes se refere à memória do pré- 64, ou seja, do governo de João Goulart e do próprio golpe militar. Existe claramente uma disputa de versões nos depoimentos sobre esse período e esse tema. Para os entrevistados mais idosos, que foram cassados, presos ou exilados em 64 – como alguns velhos sindicalistas ainda vivos – há uma memória deste período como sendo um momento de glória, o período áureo da democracia brasileira: o movimento sindical, a campanha pelas reformas de base, a atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Centro Popular de Cultura da UNE (CPC). Clodesmidt Riani, ex-presidente da Confederação Geral do Trabalho (CGT), braço direito do presidente João Goulart, principal responsável pelo dispositivo sindical e trabalhista do governo, hoje com 93 anos, é um dos principais representantes dessa corrente. Riani foi um dos primeiros cidadãos cassados e presos logo após o golpe. Representava, para os militares, a encarnação viva da ameaça da “república vermelha e sindicalista”. Em seu depoimento Riani, descendente de imigrantes italianos, refere-se ao presidente João Goulart de forma elogiosa, carregada de emoção e admiração. Para ele Jango era “*próximo dos trabalhadores*” e “*inteiramente acessível*” Riani lembra que tinha acesso direto aos aposentos do presidente – “*homem modesto e simples*”<sup>17</sup>

Mas não apenas os sindicalistas; militantes estudantis ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE) também enaltecem o momento pré -64 em seus depoimentos. Ferreira Gullart narra as experiências artísticas e a criatividade da geração envolvida com as propostas políticas e artísticas da época.

A historiadora Dulce Pandolfi, que era uma estudante secundarista no início dos anos 60, em Pernambuco, situa a politização do governo estadual de Miguel Arraes:

*“(...) eu acho que Pernambuco era o estado mais tenso do Brasil, com a questão do nordeste em foco, a questão camponesa. Então eu acho que foi um momento muito rico e que eu acho que produziu muitos efeitos em mim: essa preocupação com o social, essa vontade de participar, eu lembro das eleições, das campanhas, como aquilo me mobilizava, assim como o próprio governo Arraes. Imaginam eu andava com um bottom dele, estudando em*

---

<sup>17</sup> Depoimento de Clodesmidt Riani, acervo “Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil”.

*um colégio de reiras super tradicional, reacionaríssimo”.*<sup>18</sup>

Para outros entrevistados, no entanto – sobretudo militantes das organizações da esquerda armada – esse período não é valorizado da mesma forma, ao contrário, muitas vezes é identificado com o adjetivo de populista ou de reformista. Todo um outro segmento da esquerda brasileira após o golpe de 64, construiu uma memória negativa do governo Goulart - da campanha pelas reformas de base e do próprio presidente. Para este segmento, a experiência do pré- 64 teria sido essencialmente *reformista e não revolucionária*, e teria, por esta direção incorreta, desvirtuado e enfraquecido o movimento popular que lhe dava base política.

Esta é uma das principais polêmicas que aparecem nas narrativas de nossos depoentes: o enquadramento de 1964 e do movimento político que havia antes do golpe militar que derrubou o governo de João Goulart. Uma polêmica que evidencia uma disputa política entre diferentes partidos e organizações de esquerda sobre a história e a memória não apenas da ditadura e do golpe de 64 mas das próprias lutas políticas do país.

### **O relato das experiências de vida: história, memória e retórica.**

As experiências que podem ser vividas por uma pessoa são datadas. Um horizonte de possibilidades de escolhas, de caminhos, de vivências concretas é historicamente construído. O trabalho com biografias e com a história oral nos permite investigar como, concretamente, na vida de algumas pessoas, este horizonte de possibilidades se apresenta. Esta é uma das maneiras de – repetindo a expressão de Ferraroti – compreender a história a partir de uma ou múltiplas histórias de vida. A história oral, através da coleta, organização e divulgação de depoimentos – muito tem nos ajudado a conhecer a experiência humana em tempos de crise e contextos de violência política.

Mas os relatos de vida de nossos depoentes não colocam em questão apenas a memória, mas também a retórica. Nos depoimentos não existe apenas uma relação entre memória e esquecimento, não se trata apenas de selecionar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, mas também como as coisas devem ser contadas ao entrevistador. Ou seja, a retórica é fundamental. Como narrar uma vida de tal forma que ela faça sentido, apesar (ou por causa) das prisões, exílios, torturas, perdas, mortes, etc. Em quase todos os depoimentos existe uma busca de sentido, algo que justifique trajetórias de vida que, algumas vezes foram inteiramente conturbadas pela perseguição política.

---

<sup>18</sup> Depoimento de Dulce Pandolfi, acervo “Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil”.

Muitos de nossos depoentes apresentam suas trajetórias de vida, como trajetórias exemplares – seja como exemplo para futuras gerações, seja como exemplo (representação) de sua própria geração. Outros não, outros apresentam essencialmente um relato de dor e de uma vida fragmentada pela repressão política. A diferença entre os primeiros e os segundos é dada, de uma forma geral, pela existência ou não de uma rede social, mas sobretudo política, em torno do depoente. O sobrevivente, como escreveu Primo Levi, é aquele que não morreu, que escapou, que não vivenciou o pior.<sup>19</sup> Para ele se aceitar como sobrevivente é necessário uma rede de apoio que justifique, explique e transforme em ação política essa sobrevivência. Dito mais simplesmente: o trauma da violência política é mais facilmente superado quando trabalhado coletivamente no interior de um espaço politicamente investido e com parceiros políticos.

Entre as experiências narradas algumas das mais interessantes para o historiador são aquelas que narram a experiência da vida cotidiana da prisão: a dor, o riso, as vitórias e derrotas, a doença, a organização e vida comunitária na prisão. Nesse sentido, são bastante significativos os depoimentos das mulheres. A historiadora italiana Silvia Salvatici apontou a riqueza dos depoimentos femininos, num belo texto intitulado “*Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres.*”<sup>20</sup> Neste texto ela relata a pesquisa que realizou com depoimentos de mulheres nos campos de concentração em Kosovo. A historiadora nos faz perceber que a partir de depoimentos de mulheres que estiveram em campos de concentração ou que viveram épocas de guerras civis, foi possível trazer para a história um lado da experiência humana em tempos de guerra que era ocultado: episódios, experiências e vivências envolvendo estupros, partos clandestinos, abortos, os cuidados com doentes, a proteção das crianças, o armazenamento de comidas, a produção de vestimentas, a improvisação para lidar com a fome e o frio em épocas de escassez severa. Enfim, uma gama de experiências e formas de enfrentamento de guerras e tiranias que não eram conhecidas, que não apareciam nos relatos e registros históricos, nem nos depoimentos masculinos. Corroborando esta visão, os depoimentos de mulheres que passaram pela prisão, trazem um olhar e uma experiência bastante específica e significativa. Neste caso são particularmente expressivos os depoimentos de Jessie Jane e Flávia Schilling

Jessie Jane Vieira de Souza, atualmente professora de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi presa em 1970 com 19 anos, após uma tentativa frustrada de seqüestrar um avião para Cuba. Jessie passou quase 10 anos presa no presídio Talavera Bruce em Bangu. Em seu depoimento Jessie relata a experiência de solidariedade feminina no presídio, mesmo sendo

---

<sup>19</sup> Primo Levi, “*É isto um homem?*” (RJ, Rocco, 1988).

<sup>20</sup> Silvia Salvatici, “*Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres,*” *História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral*, vol. 8, nr. 1 (2005): 29-42.

um presídio misto, de presas comuns e presas políticas. Na verdade, mais do que isso. A instituição era, ao mesmo tempo, presídio e manicômio judiciário.

*Naquela época não existia manicômio feminino, então tinha duas alas no Talavera, uma ala era das presas “subversivas”, como eles diziam, e a outra ala era das “malucas”, que tinham sido enquadradas no artigo 121 do código penal<sup>21</sup> e quando eu cheguei, eu fui para lá, para essa ala das doidas.<sup>22</sup>*

Mas a relação que estas mulheres – estigmatizadas como loucas e acusadas de homicídio – estabeleceram com Jessie foi de solidariedade.

*Uma delas, a Nilze, gritou ‘Cala boca aí todo mundo!’...aí perguntou pra mim: ‘Você é subversiva, né? A sua turma é do lado de lá. Você não tem que estar aqui não, é sacanagem desses caras!’*

Jessie chama atenção para a diferença das relações num presídio feminino e num presídio masculino. Num presídio masculino os presos estabelecem uma relação de hierarquia, é comum a figura do “xerife”; já num presídio feminino as presas estabelecem redes, as relações são mais horizontalizadas.

Um dos episódios mais fortes narrados em seu depoimento diz respeito ao nascimento de sua filha, Letta. Jessie foi levada de camburão, já em trabalho de parto, para o hospital.

*me levaram para o quarto e o doutor Jefferson Carneiro Leão fez o parto. Ele tinha feito o parto de quase todo mundo. O cara era do ‘partidão’<sup>23</sup>, sabe? aí nasceu a Letta, de cesariana (...) eu fiquei ali na primeira noite, tudo bem. Na segunda noite eu liguei pros meus pais na Suécia, chorei muito. Dormi. Quando eu acordei, tinha uma escolta dentro do quarto, em volta da minha cama; uma escolta armada.*

Jessie conseguiu ligar para alguns amigos que retiraram os soldados de seu quarto. Mas logo depois disso o clima de terror recrudesciu.

---

<sup>21</sup> Artigo 121 do código penal refere-se ao crime de homicídio.

<sup>22</sup> Depoimento de Jessie Jane.

<sup>23</sup> “Partidão” era um apelido do Partido Comunista Brasileiro

*(...) eu acho que dormi. acordei com um monte de grito na janela: 'vamos matar', 'vamos sequestrar'. Acordei assustada, peguei o telefone, tinham cortado o telefone. Eu chamava a enfermeira, a enfermeira não vinha. Aquilo foi o resto da noite.*<sup>24</sup>

Até que Jessie foi levada de volta para o presídio. Rememorando o episódio Jessie diz que só compreendeu anos depois o que se passara. D. Adriano Hipólito, bispo de Volta Redonda, tinha sido seqüestrado e espancado naquela semana por grupos paramilitares de extrema direita. Os mesmos grupos e as mesmas pessoas que estavam na porta do hospital ameaçando-a. Seu retorno ao Talavera Bruce funcionou, de certa forma, como uma garantia de vida.

Jessie Jane saiu da prisão no final de 1978, com a reforma da Lei de Segurança Nacional, aos 29 anos de idade. Alguns anos depois, em 1982, iniciou o curso de História na Universidade Federal Fluminense (UFF). Hoje é professora adjunta de História da América na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Flávia Shilling exilou-se com sua família logo após o golpe de 64. Seu pai era um político gaúcho ligado a Brizola e Jango. A família exilou-se no Uruguai. Flavia tinha 11 anos. A vida dos exilados adultos está sempre ligada a seu país de origem; mas os exilados crianças e adolescentes ligam-se à vida cotidiana do país que os acolhe. Flavia cursou o liceu uruguaio, envolveu-se com o movimento estudantil deste país e, muito jovem, ingressou na organização guerrilheira dos Tupamaros. Flavia chegou a iniciar o curso de Medicina mas interrompeu devido à luta política. Em 1972 abandonou a faculdade e entrou na clandestinidade.

*A clandestinidade é a tua morte social, é uma situação que até hoje eu não gosto de lembrar, porque é um tempo em que você não vive socialmente, é um tempo em branco, um espaço vazio. É de uma inutilidade, de uma brutalidade...A clandestinidade realmente é um momento terrível, porque você não faz nada, você só se esconde, você não existe...*<sup>25</sup>

Flavia foi presa na rua em novembro de 1972. Tentou fugir, correu, o policial atirou em direção à sua nuca. O tiro pegou no pescoço. Sua primeira prisão foi o hospital militar. Foi operada, salvou-se; mas durante muito tempo as fotos em que aparecia mostravam o curativo e, depois, a cicatriz no pescoço. Flavia foi libertada no final de 1979, pela ação do Comitê Brasileiro pela Anistia

---

<sup>24</sup> Depoimento de Jessie Jane

<sup>25</sup> Depoimento de Flavia Schilling



que pressionava o governo brasileiro a pedir ao Uruguai sua extradição. Mas, pouco antes de ser libertada, Flavia viveu uma situação dramática, um tipo de chantagem que só pode ser feita a uma mulher. Diagnosticada com um mioma no útero ela necessitava urgentemente de uma cirurgia, sem a qual poderia perder o útero. O governo uruguaio exigiu, em troca da cirurgia, que ela desse um depoimento público afirmando que estava em ótimas condições e que era muito bem tratada na prisão.

*Na época eu estava com um mioma no útero, é uma situação dramática, porque eu já tinha 25 anos, óbvio que eu queria sair e ter filho. Eles me chantagearam no sentido de que essa cirurgia seria feita se eu desse um depoimento, porque já havia pressão no Brasil. (...) Mas é impossível você dizer que está ótima quando está pesando 50 quilos, e aquela cara, a gente usava uniforme, cabelo cortado muito curto, enfim, você não está ótima.<sup>26</sup>*

Flavia foi libertada, voltou ao Brasil, engajou-se no Partido dos Trabalhadores, cursou a Faculdade de Educação, fez mestrado, casou-se e teve um filho hoje com 20 anos. É professora de Educação na Universidade de São Paulo (USP) e estuda a questão da violência nas escolas.

### **A força da palavra.**

Finalizando este texto eu gostaria de encerrar destacando um aspecto no processo de anistia e reparação que o Brasil tem vivido nos últimos anos, a partir das “Caravanas de Anistia”. Como já foi salientado no início deste texto, a justiça de transição no Brasil tem dado ênfase à questão da reparação. O objetivo principal é reparar o dano cometido pelo Estado. Com este espírito a Comissão da Anistia tem passado por vários estados do Brasil realizando audiências públicas em que são julgados diferentes processos de anistia. Este procedimento é chamado de “Caravana da Anistia”. Nos julgamentos a peça chave é o processo encaminhado à Comissão de Anistia, é baseada nele que a comissão toma a sua decisão. Mas os momentos mais importantes da solenidade são ligados à palavra: o primeiro é o depoimento do requerente à anistia. Por 10 minutos a tribuna é dele, pode falar o que quiser, revelar, denunciar, aclamar. E, após o julgamento, se deferido, o presidente da Comissão de Anistia pede perdão, em nome do Estado brasileiro, pelos danos cometidos ao requerente durante a ditadura militar. Todos os nossos depoentes que foram anistiados e passaram por este ritual falam desse pedido de

---

<sup>26</sup> Depoimento de Flavia Schilling.

perdão oficial. Para todos eles o pedido de perdão do Estado é o elemento chave da reparação. Recorro mais uma vez ao depoimento de Dulce Pandolfi. Dulce foi presa em agosto de 1979 devido à sua ligação com a organização Aliança Libertadora Nacional (ALN) e permaneceu presa por um ano e meio, passando pelas dependências da Polícia do Exército (PE), do DOPS, do presídio Talavera Bruce e, em Recife, pelo presídio Bom Pastor. Seu depoimento é um dos que relata com maior detalhe, franqueza e coragem as torturas e sevícias a que foi submetida. Ao final de seu depoimento ela destaca a importância do pedido oficial de perdão pelo Estado:

*“O Estado está agora diante de mim se curvando e me tratando desse jeito, que coisa linda! (...), foi quando eu desabei, eu me senti muito recompensada, foi uma coisa muito bonita! Mesmo que a gente saiba que, claro, não apagou as coisas do passado, mas você sente que finalmente a cidadania chegou nesse país. Acho mesmo que todo mundo deveria entrar [com o pedido de reparação]. Foi um momento muito lindo da minha trajetória.”*

No contexto recente da América Latina os historiadores que trabalham com História Oral, com depoimentos, tem tido grande atuação. Eles têm ajudado a recompor e a problematizar a história e a memória dos períodos ditatoriais. Têm organizado acervos de depoimentos, divulgado fatos e episódios obscuros, têm trazido à luz diferentes experiências e ajudado a reparar injustiças. A História Oral está tendo um papel efetivo na transição democrática vivida na América Latina. Historiadores têm estado ao lado de militantes de direitos humanos, de ativistas políticos, de juristas, de pessoas que foram vítimas de arbítrios e perseguições políticas – registrando, entrevistando, coletando depoimentos e impressões, organizando acervos, divulgando, recompondo memórias, problematizando memórias. Mas é bom não esquecer do alerta de Beatriz Sarlo. É bom lembrarmos que, ao lidar com depoimentos, o historiador deve se precaver contra a “sedução” do depoimento e deve procurar sempre exercer a crítica sobre suas fontes. A História Oral deve fugir do terreno da pura exaltação da subjetividade; procurando não se “colar” à fala do depoente, não ser subjugada por uma “verdade absoluta” (imaginária), da fala na primeira pessoa. Deve ser capaz, por mais difícil que seja, principalmente nos depoimentos que se referem a momentos de grande violência política, de exercer a crítica e a reflexão. Eu creio que este é um dos desafios que está posto para nós neste momento.